



## Raça, racismo estrutural e formação em Serviço Social

Race, structural racism, and graduation in Social Work

Isis Silva Roza\*

 <https://orcid.org/0000-0002-4188-7627>

Douglas Henrique Souza e Silva\*\*

 <https://orcid.org/0009-0008-5536-836X>

Eduarda Pereira dos Santos Lima\*\*\*

 <https://orcid.org/0009-0004-4700-0101>

Maria Eduarda Simão Nogueira\*\*\*\*

 <https://orcid.org/0009-0003-5254-0316>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar de que forma a dimensão racial apresenta-se na formação profissional em Serviço Social em instituições federais de ensino superior nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, com foco nos projetos pedagógicos. Trata-se de uma construção crítico-reflexiva e de análise documental dos projetos pedagógicos dos cursos partícipes da pesquisa. Apresenta reflexões por meio de aproximações com o conceito de racismo estrutural, condição *sine qua non* para compreensão da importância desse debate na formação em Serviço Social. Dialoga, a partir das relações entre raça, racismo e Serviço Social e apresenta a análise dos dados coletados por meio do estudo dos projetos pedagógicos dos cursos. Fica em evidência que a formação profissional em Serviço Social nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, em instituições federais de ensino superior, avança significativamente na incorporação do debate racial, o que

---

\*Professora. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, Mariana, Brasil). E-mail: [isis.roza@ufop.edu.br](mailto:isis.roza@ufop.edu.br)

\*\*Estudante. Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, Mariana, Brasil). E-mail: [douglas.hss@aluno.ufop.edu.br](mailto:douglas.hss@aluno.ufop.edu.br)

\*\*\*Estudante. Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, Mariana, Brasil). E-mail: [eduarda.lima@aluno.ufop.edu.br](mailto:eduarda.lima@aluno.ufop.edu.br)

\*\*\*\*Estudante. Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, Mariana, Brasil). E-mail: [maria.simao@aluno.ufop.edu.br](mailto:maria.simao@aluno.ufop.edu.br)

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p72-88

se confirma pela incorporação da temática em diferentes partes dos projetos, bem como na oferta de disciplinas. Entretanto, a pesquisa aponta para necessidade de avanços na perspectiva da transversalidade.

**PALAVRAS-CHAVE**

Racismo estrutural; Formação; Serviço Social.

**ABSTRACT**

The present work aims to analyze in what manner the racial dimension is present in the graduation in Social Work in federal institutions of higher education in the Brazilian states of Minas Gerais and Rio de Janeiro, focusing on pedagogical projects. It is a construction, critical reflexive, and of documental analysis, of the pedagogical projects course's participant of the research. The research started through the approaches to the concept of structural racism, which is *sine qua non* condition to understand the importance of this debate in the graduation in Social Work. Next, the focus is on the relations among race, racism, and Social Work. Finally, the analysis of the data collected through the studies of the pedagogical projects of the courses. The graduation in Social Work in the states of Minas Gerais and Rio de Janeiro, in federal institutions of higher education, is making significant progress incorporating the racial debate, which is confirmed significantly by its presence in different parts of the projects, with a special attention to the availability of subjects or courses. However, a need for progress in the perspective of transversality can be identified.

**KEYWORDS**

Structural racism; Formation; Social Work.

**Introdução**

**R**aça e racismo estrutural são temáticas socialmente vivas e em constante debate no tempo presente. A histórica organização política dos diferentes movimentos negros tem sido central na ressignificação da questão racial na realidade brasileira, nas últimas décadas, o que coloca em cena a falácia de uma sociedade calcada na harmonia racial, bem como a denúncia das desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, que são constituídas a partir da dimensão racial.

O racismo é estruturado e estrutural ao modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo em que é criado a partir das relações capitalistas, é também, fundamental no desenvolvimento/consolidação desse sistema, em que a hierarquização da humanidade foi utilizada para mercadorização da vida social de sujeitos não brancos, estratégia fundamental de financiamento do capitalismo europeu. O Brasil se insere nessa dinâmica enquanto país periférico, objeto da exploração colonial, destinado a atender os interesses das metrópoles. Na constituição social e histórica, as estruturas racializadas presentes no período colonial se ressignificam, mas seguem sendo uma das bases da estrutura nacional.

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que atua diante as desigualdades sociais advindas com o modo de produção capitalista. Destaca-se por um indubitável projeto ético-político emancipatório, em defesa da classe trabalhadora e suas lutas sociais. A incorporação real e efetiva da temática étnico-racial está em processo, diante a maturação do debate no coletivo da profissão, o que tem sido possível pelo protagonismo de mulheres negras e coletivos estudantis, que tencionam as estruturas dos conjuntos profissionais.

Nesse sentido, através de análise documental dos projetos pedagógicos de cursos (PPCs) de Serviço Social de instituições federais de ensino superior, nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, analisamos de que forma a temática racial comparece nos documentos,

entendendo que esse é um indício importante, mas não único, que expressa potenciais caminhos de uma formação de assistentes sociais para as relações raciais.

A definição das instituições partícipes da pesquisa ocorreu através do levantamento de todos os cursos de Serviço Social em instituições federais de ensino superior nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ao identificarmos PPCs desatualizados nos sites institucionais, foram analisados apenas os documentos enviados, através de solicitação via e-mail, pelos colegiados de cursos. No universo de doze cursos de Serviço Social, nove fazem parte do escopo de análise.

### Racismo estrutural e o modo de produção capitalista

A construção da noção de raça humana e hierarquização dos sujeitos a partir de traços fenótipos remonta ao século XVI, à expansão do capitalismo e à ideia de modernidade<sup>1</sup>, que associa um conjunto de eventos ocorridos em diferentes pontos geográficos do planeta, e conecta esses espaços de forma assimétrica e desigual, tendo a Europa como polo de dominação, através do discurso da civilização e da emancipação; e a incorporação de outras sociedades e povos ao projeto através da subjugação, o avesso da emancipação propagada, ou seja, modernidade e desumanidade estão em consonância enquanto partes de um mesmo projeto (Quijano, 2005; Gilroy, 2001; Hall, 2016a).

Os ideais civilizatórios, progresso, liberdade e emancipação humana, presentes na modernidade, estavam destinados a um grupo seletivo de sujeitos. A antípoda desses valores, enquanto parte de um mesmo projeto, se materializava na brutalidade da dominação colonial de povos não brancos. Estratégia central no desenvolvimento capitalista europeu.

O colonialismo, base da acumulação capitalista, utilizou-se da tentativa de aniquilação do outro, sujeito não-branco, e de tudo que o representasse, de forma a garantir a expansão e dominação europeia em sua totalidade em relação a outros povos. A exploração da força de trabalho humana desumanizada foi possível a partir da chave de leitura de acesso à humanidade como algo restrito e limitado.

Toda violência e desumanização era cruelmente justificada através da hierarquia, em que os europeus se colocavam como “salvadores” dos povos “selvagens”. Conforme Césaire (1978), o discurso europeu projetava a colonização como uma missão civilizatória, utilizando tal associação como justificativa moral para a colonização, em que os colonizados eram classificados como “pagãos” e “selvagens”. Essa visão reducionista sustentava a ideia de superioridade europeia e deslegitimava culturas externas à tal matriz.

A ideia de raça, e sua legitimação através do racismo científico<sup>2</sup>, consolida no imaginário social a perspectiva de “diferentes humanidades”. Aquelas que devem ser respeitadas,

<sup>1</sup> Sobre o conceito de modernidade, Quijano (2005) nos adverte sobre a falácia de pensar o moderno como lugar do desenvolvimento europeu, desconsiderando as chamadas altas culturas (China, Índia, Egito, Grécia, Maia-Asteca, Tawantinsuio) ou as cidades monumentais, seja Machu Pichu ou Boro Budur.

<sup>2</sup> “Vénus Hotentote” é um exemplo da construção da animalização e patologização de sujeitos africanos por parte da Europa ocidental. Conforme Hall (2016b, p. 201–202), Saartje Baartman “foi levada para a Inglaterra, em 1810, em um navio africano, por um agricultor bôer da região do Cabo, África do Sul, e por um médico. Saartje foi exibida regularmente por cerca de cinco anos em Londres e Paris. Em suas primeiras

admiradas, preservadas e seguidas; e as “outras” humanidades, que têm menos validade, que podem ser violentadas, sangradas e até mesmo aniquiladas, sem que isso desestabilize o sistema ou gere grandes comoções sociais. A perspectiva de raças humanas, ainda que o racismo científico não tenha mais validade, é fundamental na compreensão do racismo como estrutural ao modo de produção capitalista, que não se encerra no passado histórico, mas que permanece pulsante na vida dos sujeitos e na organização da sociedade, nas diferentes perspectivas — sociais, econômicas, políticas, culturais, religiosas.

Não é possível desconsiderar a centralidade do racismo na estruturação do capitalismo e no ordenamento da modernidade, que se organizou por meio de relações umbilicais entre a racialização dos povos originários dos continentes africano e americano e a estrutura produtiva do colonialismo e da escravização moderna. Segundo Mbembe (2014, p. 12), nessa etapa do capitalismo “a espoliação organizada quando, em proveito do tráfico atlântico (século XV ao XIX), homens e mulheres originários de África foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda”. A articulação na racialização e escravização dos povos africanos, a partir do domínio colonial e a produção de capital excedente são condição *sine qua non* para o desenvolvimento do capitalismo.

A noção de raça é um dos alicerces da dominação colonial, na medida em que legitima os processos de violência, exploração e até mesmo eliminação dos sujeitos não brancos, ao mesmo tempo em que proporciona a acumulação capitalista dos países colonizadores. Conforme Quijano (2005), a estrutura global formada definiu os lugares sociais ocupados pelos sujeitos, em que raça e divisão do trabalho estão estruturalmente associados.

A privilegiada posição ganhada com a América pelo controle do ouro, da prata e de outras mercadorias produzidas por meio do trabalho gratuito de índios, negros e mestiços, e sua vantajosa localização na vertente do Atlântico por onde, necessariamente, tinha de ser realizado o tráfico dessas mercadorias para o mercado mundial, outorgou aos brancos uma vantagem decisiva para disputar o controle do comércio mundial. A progressiva monetarização do mercado mundial que os metais preciosos da América estimulavam e permitiam, bem como o controle de tão abundantes recursos, possibilitou aos brancos o controle da vasta rede pré-existente de intercâmbio que incluía sobretudo China, Índia, Ceilão, Egito, Síria, os futuros Orientes Médio e Extremo. Isso também permitiu-lhes concentrar o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção no conjunto do mercado mundial. E tudo isso, foi, posteriormente, reforçado e consolidado através da expansão e da dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais (Quijano, 2005, p. 119).

A Europa ocidental se faz estratégicamente através da exploração dos metais preciosos advindos das Américas. A dominação de territórios, e do “outro” não branco constitui a centralidade europeia no capitalismo mundial. A exploração capitalista atribuiu ao homem branco o assalariamento, já o nível de rebaixamento humano a que negros/as foram submetidos/as, lhes colocou em lugar de mercadorização da vida.

---

‘apresentações’, ela aparecia em um palco elevado como um animal selvagem, caminhava em sua jaula quando era ordenada, parecia ‘mais um urso acorrentado do que um ser humano’, como foi descrita na edição de 26 de novembro de 1810 do jornal The Times. [...]’. Culturalmente e anatomicamente, foi comparada aos macacos.

Quando se localiza a modernidade como um sistema de dominação que articula diferentes partes do planeta, fica em evidência o racismo estrutural ao modo de produção capitalista, em que, conforme assertiva de Mbembe (2014, p. 19) “o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria — a cripta viva do capital”.

A exploração dos recursos humanos e naturais africanos e latino-americanos foi fundamental para acumulação primitiva de capital na Europa e, por sua vez, da revolução industrial. Rodney (1975) ressalta as consequências devastadoras do colonialismo para as economias e sociedades africanas, ao mesmo tempo em que a Europa mantém sua hegemonia econômica por meio da exploração colonial, que perdura até meados do século XX. A Europa Ocidental e a África estabeleceram relações que permitiram a transferência de riqueza da África para a Europa, consolidando o desenvolvimento europeu às custas do subdesenvolvimento africano.

Rodney (1975) afirma que a África forneceu matérias-primas valiosas, como ouro, marfim e outros recursos, que foram pilares do comércio internacional europeu. Esses recursos não apenas enriqueceram as nações europeias, mas também financiaram sua expansão colonial e militar. A África serviu como um “laboratório” para o desenvolvimento do capitalismo europeu. As colônias africanas foram usadas para testar métodos de exploração econômica, controle político e dominação racial, que posteriormente foram aplicados em outras partes do mundo.

A exploração colonialista não apenas fomentou a acumulação primitiva de capital que possibilitou o capitalismo, mas também sustentou o desenvolvimento científico e técnico europeu durante o imperialismo capitalista (Rodney, 1975). Enquanto os africanos eram explorados, os europeus tinham tempo e dinheiro de sobra para descobertas e desenvolvimentos científicos. As empresas e governos europeus investiram os lucros obtidos com a exploração colonial em pesquisa, consolidando o desenvolvimento e o domínio das forças produtivas nas metrópoles. Essa relação entre colonialismo e progresso científico revela como o imperialismo estruturou o desenvolvimento desigual entre o Norte e o Sul global.

A exploração da África sustentou o desenvolvimento teórico e técnico europeu, e consequentemente fortaleceu a transição para o capitalismo monopolista, assim como a acumulação primitiva de capital foi essencial para a Revolução Industrial. Esse processo se alimentou do trabalho explorado, da expropriação de recursos e da submissão política e econômica da África, enquanto ampliava a acumulação do capital e sua estrutura técnica e produtiva (Rodney, 1975).

O racismo foi central para a exploração colonial, pois justificava a subjugação dos africanos e promovia a ideia de superioridade europeia. Essa estrutura ideológica contribuiu para consolidar tanto o colonialismo quanto o imperialismo, além de moldar relações de poder desiguais, que inferiorizavam nações e raças/etnias, que persistem até os dias de hoje.

A estruturação da raça no modo de produção capitalista é um movimento global, que apresenta suas particularidades na realidade brasileira. Sem compreender que o processo de escravização de negros foi fundamental no financiamento da consolidação do

capitalismo (Quijano, 1992; Mbembe, 2014; Almeida, 2018), e que, também em outros países da América Latina, mas especificamente tratando sobre o Brasil “pós-abolição”<sup>3</sup>, as estratégias de inferiorização dos negros se mantêm, tanto economicamente quanto no imaginário social, garantindo a reprodução das desigualdades e a exploração de classe, não é possível dar conta da complexidade das relações racializadas.

Césaire (1978) afirma que a colonização se funda na *coisificação* do colonizado, desumanizando-o para transformá-lo em mero instrumento de produção. No contexto brasileiro, esse processo se materializou através da escravidão e da violência sistemática contra povos indígenas e africanos. Essa base de exploração racializada moldou a formação da classe trabalhadora no Brasil, estruturando-a sob relações de desigualdade e opressão que persistem.

“A inserção do Brasil na economia mundial dependente consolidou o racismo como um elemento estrutural de sua formação social” (Moura, 1983, p.33). Dessa forma, o racismo é entendido como um fenômeno profundamente ligado a interesses econômicos globais, que moldam o sistema de classes sociais, evidenciando que a marginalização da população negra está diretamente vinculada a dinâmicas de exploração capitalista.

O pós-abolição é marcado pela não incorporação do negro ao projeto de nação, em que a centralidade estava na possibilidade de embranquecimento, como “uma política sistemática das elites que visava a construção de um país europeizado, em detrimento das culturas e populações negras e indígenas” (Moura, 1983, p. 38). Há um incentivo da imigração europeia para suprir demandas do mercado de trabalho, enquanto ao recém liberto, a incorporação ao capitalismo ocorre pelo subemprego, nos cortiços e favelas.

Diante da ausência de políticas públicas que revertessem o quadro de desigualdades, ao contrário, da presença da sustentação da marginalização negra, o século XXI reafirma a materialidade do racismo estrutural, na realidade brasileira, através dos recorrentes índices de reprodução das desigualdades raciais.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) demonstram as conhecidas discrepâncias. Taxas de desocupação, informalidade, rendimento médio, inseguranças sociais, atingem significativamente a população negra. Ao contrário, a presença em cargos de poder, gestão, representação política segue sendo um privilégio branco. Ainda quando os índices sociais do país avançam positivamente, a população negra segue tendo menos acesso, o que indica que as políticas “universais”, por si só, não são capazes de reverter as desigualdades de raça/etnia.

A organização e luta histórica, ainda que invisibilizadas e inviabilizadas, de negras e negros em movimento, coloca na ordem do dia a desigualdade racial, associada a outros

<sup>3</sup> O termo aparece entre aspas na medida em que tal período não deve ser pensado como uma data específica, mas como um período complexo, de longa duração e que envolve uma série de acontecimentos. Além disso, o término formal do período escravocrata não veio associado à construção de estratégias de incorporação do negro à sociedade, ao contrário, à política estatal era de marginalização e subjugação dos referidos sujeitos.

marcadores, como classe, gênero e sexualidade, o que tenciona a sociedade, que historicamente tem sido indiferente, a se posicionar pela luta antirracista.

### **Questão racial e Serviço Social**

Através do protagonismo de mulheres negras, o debate racial vem alcançando maturidade no interior do Serviço Social. Sempre necessário ressaltar as importantes conquistas nos últimos anos — a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades” da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 2010; a aprovação, na assembleia da ABEPSS, da inclusão nos cursos de Serviço Social, de pelo menos um componente curricular que aborde temáticas de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração, em 2014; o lançamento da série de cadernos Assistente Social no Combate ao Preconceito, gestão Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) triênio 2014/2017; a campanha da gestão do conjunto Conselho Federal de Serviço Social – Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS) 2017–2020 “Assistentes Sociais no combate ao racismo”; a publicação dos “Subsídios para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social”, da Executiva Nacional da ABEPSS 2017–2018; bem como um aumento significativo de produções que têm como foco a temática.

O histórico silenciamento do debate étnico-racial no interior da profissão tem sido rompido com o protagonismo de mulheres negras. As chamadas específicas, em revistas acadêmicas, com a referida temática são fundamentais para que estudos significativos na área tenham maior visibilidade. Grossi e Sebastiany (2018, p. 48) destacam as seguintes autoras/autor: “Magali de Almeida, Roseli Rocha, Teresa Cristina Martins, Elizabeth Aparecida Pinto, Andrea Costa, Simone Ritta dos Santos, Márcia Eurico, Joilson Santana Marques Junior, Matilde Ribeiro, Sarita Amaro, Maiara Silva Faustino, Renata Maria da Conceição”.

Sobre a formação em Serviço Social e a questão étnico-racial, dialogamos com Elpidio (2020) sobre a indissociabilidade entre a questão racial e os três núcleos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) – Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação socio-histórica da sociedade brasileira; e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Essa possibilidade só faz sentido se levarmos em consideração o racismo como estrutural ao modo de produção capitalista, as particularidades na realidade brasileira, e como o racismo atravessa historicamente tanto assistentes sociais quanto usuários/as dos serviços profissionais.

A compreensão das expressões do racismo na cotidianidade, a partir de uma leitura mais ampla, que vá além da aparência e atinja os fundamentos que explicam as relações racializadas, passa por uma formação crítica robusta. Exige, ainda, a superação de falsos dilemas, conforme Elpidio (2020, p.523):

[...] a necessidade do aprofundamento de estudos e disciplinas regulares com conteúdos que evidenciem o debate racial nos três núcleos de fundamentação, é uma tarefa coletiva e urgente para romper com uma suposta segmentação do debate da questão racial como uma expressão da questão social, como temática isolada ou ainda, dicotomizada no falso dilema raça e classe, considerando ainda as interfaces com gênero e sexualidade, base para o desvelamento da sociedade

racista e patriarcal que sustentam as formas de opressão e intensificam a exploração do trabalho.

Nesse sentido, na relação questão racial e Serviço Social, tratar o racismo a partir de uma perspectiva apenas ideológica apaga toda a complexidade da forma como raça e racismo são dimensões estruturantes do capitalismo, estão presentes em toda a complexa dinâmica da vida social, e se materializam diretamente nas condições reais de existência da população negra. É preciso, ainda, ir além de leituras superficiais que ora tratam o racismo a partir de ações individuais de sujeitos que cometem atos discriminatórios explícitos; ora avançam pouco ao afirmar que o Brasil é um país desigual racialmente, sem considerar o que estrutura esse fenômeno.

Leituras superficiais sobre a temática, pautadas no senso comum, tendem a levar assistentes sociais a terem práticas racistas, por ação ou omissão, ainda que defendam os valores ético-políticos do Serviço Social. O desconhecimento não é mais aceitável como justificativa para práticas preconceituosas, fundamentalmente quando se trata de uma profissão que tem um projeto ético-político emancipatório, pautado na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

A importante construção da “Nota técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia” (Eurico, 2022), solicitada pelo CFESS, é um indicativo das dúvidas e inseguranças que profissionais do Serviço Social ainda possuem. A autora esclarece sobre conceitos, autodeclaração, a importância de naturalizar a pergunta, e as potencialidades de uma coleta adequada do quesito raça/cor/etnia, questões em disputa na nossa sociedade.

Conforme documento do CFESS (2016), a/o profissional de Serviço Social, que atua em defesa dos direitos da classe trabalhadora, atua em terreno arenoso, repleto de contradições e tensões, e se defronta com limites e possibilidades na garantia de direitos. A apreensão dos processos que constituem o racismo e suas expressões na vida social, contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político da profissão, que tem seguros valores políticos emancipatórios.

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação étnico-racial exige, na mesma medida, o combate à sociedade de classes, à desigualdade de gênero, bem como o respeito à diversidade sexual, entre outras garantias individuais cotidianamente violadas. O debate está posto e cabe às (aos) profissionais se engajarem na luta contra todas as formas de exploração/opressão, caminho indispensável rumo à efetivação do projeto ético-político profissional do Serviço Social, explicitado no Código de Ética de 1993, que dentre seus princípios reconhece a liberdade como valor ético central, propõe a defesa intransigente dos direitos humanos, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a não discriminação como princípios éticos fundamentais (Eurico, 2018, p. 528).

As ações antirracistas devem ser incorporadas pelo conjunto da categoria profissional, na formação e prática de assistentes sociais. Em articulação com os movimentos negros, as pautas de luta devem fazer parte da agenda de assistentes sociais e dos órgãos representativos da profissão. A formação qualificada abre caminhos para que profissionais tragam as pautas antirracistas para o cotidiano profissional, e atuem por um projeto emancipatório coletivo, em que a diversidade seja entendida como soma de possibilidades.

## A questão racial e os projetos pedagógicos de cursos de Serviço Social de instituições federais de ensino superior dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro

Considerando a constituição da profissão Serviço Social a partir da necessidade social arquitetada pelo modo de produção capitalista, sua estruturação política, econômica e as desigualdades sociais que produz, bem como a centralidade do racismo na base desse sistema de produção, buscamos compreender de que forma as questões associadas a raça e ao racismo estrutural perpassam a formação de assistentes sociais.

Ora, se é necessário estar atento/a aos acontecimentos da realidade; se o racismo é estruturante da ‘questão social’ brasileira e se esta é a razão de ser do Serviço Social, entendemos que o estudo e apreensão das particularidades que perpassam a questão étnico-racial é pressuposto para concretização desse projeto de formação profissional que defendemos hegemonicamente (Moreira, 2020, p.88)

Analizar projetos pedagógicos de cursos é estratégico, pois trata-se de documentos oficiais, que refletem os caminhos da formação, o perfil profissional que se almeja, e o compromisso político institucional.

O PPC é um documento de orientação acadêmica no qual constam, dentre outros elementos: conhecimentos e saberes considerados necessários à formação das competências estabelecidas a partir do perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário, bibliografias básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais, serviços administrativos, serviços de laboratórios e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso (Castro; Barbosa; Ramirez, 2009, p. 49).

Apresentamos os dados levantados e analisados dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social de instituições federais de ensino superior dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, com foco na questão racial. Partimos do pressuposto que tais materiais são indícios significativos para a compreensão de como está sendo pensada a formação em Serviço Social associada à questão racial nas instituições em tela.

Ao identificarmos que muitos projetos pedagógicos de cursos disponíveis nos sites das instituições estavam desatualizados, utilizamos como critério de participação na pesquisa, o envio dos documentos através dos colegiados de cursos, quais sejam, os cursos de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz De Fora (UFJF), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal Fluminense de Campos (UFF-CAMPOS) e Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro (UFRRJ).

Os projetos pedagógicos das Universidades Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Universidade Federal Fluminense de Rio das Ostras (UFF-RIO DAS OSTRAS) não foram analisados pela informação dos colegiados de curso de que os projetos estão desatualizados. A UFVJM afirmou que estão em processo de atualização, mas que, nos últimos dois semestres, ofertaram uma disciplina optativa chamada “Relações étnico-raciais e Serviço Social”. A UFF de Rio das Ostras informou que, em alterações nas matrizes curriculares, foi criada a disciplina obrigatória “Questões Étnico-Raciais, Política Social e

Serviço Social". O curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense de Niterói (UFF-NITERÓI) não disponibilizou o projeto pedagógico em tempo hábil.

O projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFJF é de 2023, sendo indicada como necessária a atualização diante a curricularização da extensão. O novo PPC traz a criação da disciplina “Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade”, disciplina obrigatória de 60horas, cuja ementa é:

Apresentar os principais fundamentos no campo dos estudos de gênero, sexualidade e raça/etnia, a partir do debate nas Ciências Sociais e Humanas, em geral e, particularmente, no Serviço Social. Problematizar a interface desse debate contemporâneo com as lutas organizadas pelos sujeitos e movimentos sociais na garantia de políticas e direitos, como expressão das relações sociais de exploração/opressão/dominação no contexto do Estado capitalista. Elucidar as respostas do Estado brasileiro para essas expressões da questão social, a partir da esfera da gestão pública das políticas sociais para os respectivos sujeitos sociais (mulheres, LGBTQIA+ e população negra). Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: raça/etnia, gênero e sexualidade (UFJF, 2023, p.79)

Identificamos, ainda, disciplinas que não trazem a questão étnico-racial de forma direta, mas o debate está presente nas produções referenciadas, especialmente associadas às desigualdades socio-territoriais, cultura e pensamento social brasileiro.

O projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFOP avança ao trazer a temática étnico-racial como um tema transversal, que deve estar presente em diferentes disciplinas e demais componentes curriculares presentes no decorrer da formação. “Os temas transversais são: a) Ética e Direitos Humanos; b) Questão étnico-racial; c) Dimensão Investigativa; d) Educação Ambiental” (UFOP, 2022, p.42). Entre as obrigatorias, a disciplina “Racismo estrutural e Serviço Social” destaca-se pela temática, com a seguinte ementa:

Raça/etnia, racismo e capitalismo. O modo de produção escravista colonial e o racismo estrutural na formação social brasileira. As teorias racistas e eugenistas no Brasil e o mito da democracia racial. Movimento Negro: história e lutas. Racismo e “Questão Social” no Brasil contemporâneo. Racismo institucional, Política Social e Serviço Social. Formação e Exercício Profissional Antirracista e o Projeto Ético Político (UFOP, 2022, p. 99).

Ao mesmo tempo, nota-se a presença da temática em ementas de outras disciplinas, ainda que de forma tímida, mas com referências bibliográficas importantes, que tratam sobre formação socio-histórica, política social, fundamentos do Serviço Social, gênero e raça, e questões regionais. Outras disciplinas eletivas voltadas à questão étnico-racial também foram identificadas.

O projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFU é do ano de 2023. O texto cita o Código de Ética de 1993 e a formação voltada para o empenho contra as formas de preconceitos e discriminação, bem como para atuação diante a diversidade étnica (UFU, 2023). Há oferta de uma disciplina obrigatória, de 30 horas, voltada para as relações étnico-raciais e duas optativas. Como não há ementas das disciplinas e referências bibliográficas, não foi possível considerar os atravessamentos da questão racial em outras disciplinas.

O projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFV foi atualizado em 2023. O “Núcleo de Fundamentos da Formação Socio-histórica da Sociedade Brasileira” faz menção a questão racial, com destaque para a disciplina “Relações Étnico-Raciais e Políticas Públicas”, de 60 horas.

Desse modo, este núcleo deve permitir ao discente a apreensão da sociedade latino-americana em múltiplas dimensões, sendo capaz de relacionar os fenômenos aparentes com a totalidade dos processos fundantes da sociedade e seus desdobramentos históricos manifestos na superexploração, na desigualdade entre as classes sociais, no racismo, na opressão de gênero/sexo, na destruição ambiental, dentre outros (UFV, 2023, p.19).

O Núcleo “Fundamentos do Trabalho Profissional” faz menção específica ao debate sobre relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, através de disciplina eletiva e outras disciplinas que perpassam a temática.

O projeto pedagógico da UNIRIO do curso de Serviço Social foi atualizado em 2022. Há breves menções à questão étnico-racial no decorrer do texto.

O novo currículo prevê a continuidade de grande parte das disciplinas, adequando-as à grade horária e a criação de novas disciplinas, como Raça e Etnia, que cumprem as exigências do MEC e da ABEPSS. As demais disciplinas recomendadas pelo MEC já se encontram ofertadas pelo nosso curso, tais como: Língua Brasileira de Sinais; Direitos Humanos; e Racismo Estrutural e Sociedade Capitalista (UNIRIO, 2022, p. 23).

As disciplinas de formação socio-histórica, trabalho e questão social, e relações de gênero trazem o debate étnico-racial, além das disciplinas optativas. Sobre a disciplina obrigatória de 60 horas “Racismo estrutural e sociedade capitalista”, identificamos a seguinte ementa:

Capitalismo, escravidão e racismo. Debate sobre a periodização da escravidão no Brasil. O trabalho escravo e o racismo como elementos estruturais do capitalismo dependente. A questão racial sob diferentes perspectivas teóricas. A organização política da população negra: as diversas vertentes do movimento negro. O racismo na constituição do Estado e das políticas sociais (UNIRIO, 2022, p. 36).

O projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFRJ é de 2020, entretanto, em 2022 houve uma atualização para inserção do debate étnico-racial. Até então, a menção ao tema era bastante superficial. De acordo com o documento “Novas atualizações curriculares para inserção do debate étnico-racial” (UFRJ, 2022), a partir da mobilização do Coletivo de Negros e Negras do Serviço Social Dona Ivone Lara, criou-se um Grupo de Trabalho para proposição de uma disciplina voltada para a temática. A disciplina “Relações Étnico-Raciais e Serviço Social no Brasil” foi criada, além da atualização de mais duas disciplinas para incorporação do debate, voltadas para questão social e identidades.

No projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFTM (2024), não há disciplinas obrigatórias que sejam específicas sobre a questão étnico-racial, em duas, há referências sobre a temática. Uma disciplina eletiva trata mais especificamente sobre a temática, de forma associada ao feminismo e à teoria marxiana.

Ao tratar sobre o mercado de trabalho, o projeto faz menção às relações de classe, gênero, etnia, religião e cultura; cita o Código de Ética (199) e o combate ao preconceito; e indica

as ações de ensino, pesquisa e extensão como possibilidades de produções acadêmicas na área das relações étnico-raciais.

O projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFF CAMPOS foi aprovado em 2019. Na apresentação, a questão étnico-racial fica em evidência.

Para isso, buscou-se contemplar abordagens que abarcassem não apenas os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que constituem a profissão, mas também um conjunto de conteúdos que atravessam a realidade cotidiana como: questão ambiental, direitos humanos, questões étnico-raciais e inclusão das pessoas com deficiência. Destaca-se também a oferta do curso de Libras (UFF CAMPOS, 2019, p. 8).

O projeto versa ainda sobre igualdade étnico-racial e os atravessamentos nas diferentes ações institucionais da universidade. Entretanto, não há disciplinas que tratem especificamente sobre a questão étnico-racial, ainda que esta temática atravesse outras ementas.

O projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFRRJ foi atualizado em 2018 e ressalta os avanços do projeto no que tange a incorporação de debates voltados para minorias étnicas, entre outros temas sensíveis no tempo presente.

Assim, acreditamos que o Projeto Político Pedagógico da UFRRJ apresenta avanços em relação aos demais já aprovados pelo MEC quando incorpora, nos seus conteúdos de ensino, pesquisa e extensão, discussões relacionadas à sustentabilidade socioambiental, a inclusão social de minorias étnicas, grupos populares, movimentos sociais urbanos e rurais, as diferenças de gênero e de geração, direitos humanos, questões essas que marcam o cenário social, político e econômico da Baixada Fluminense e da Costa Verde do Rio de Janeiro, diante das propostas de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, especificamente, e do Brasil, em geral (UFRRJ, 2018, p. 5–6).

No “Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social”, identificamos a disciplina Relações Étnico-Raciais e Diversidade Cultural, de 30h. A ementa da disciplina trata sobre: “Cultura e hibridismo cultural. O conceito de diversidade e a sua incidência no mundo atual. Cultura afro-brasileira e indígena. Configurações dos conceitos de raça, de etnia e de cor no Brasil. Políticas de Ações Afirmativas” (UFRRJ, 2018, p. 30). Há, ainda, a presença da disciplina optativa “Marxismo e as Relações de Gênero, Raça/Etnia e Classe Social”. Como as referências bibliográficas das disciplinas não estão disponíveis, consideramos apenas as ementas das disciplinas.

O panorama apresentado dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social das instituições federais de ensino superior dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, a partir do recorte racial, trazem alguns indicativos importantes.

A demarcação racial nos projetos pedagógicos aponta para uma legitimação necessária do debate na formação em Serviço Social, que é expressão de um movimento coletivo, que envolve docentes e discentes dos cursos, mas que, ao mesmo tempo, tem como referência um movimento mais amplo do conjunto da categoria profissional. A atualização dos projetos pedagógicos aponta para incorporação recente da temática, principalmente no que tange a disciplinas obrigatórias.

É significativa a menção à questão étnico-racial em diferentes partes dos projetos pedagógicos de muitas instituições, e não apenas nas disciplinas, entretanto, são menções pontuais que, por vezes, parecem desarticuladas da totalidade dos projetos, não apresentando uma perspectiva de integralidade.

Sobre a indissociabilidade entre a questão racial e os três núcleos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), defendida por Elpidio (2020), identificamos um movimento ainda não realizado. Os projetos pedagógicos não conseguiram trazer uma transversalidade da temática, e a questão racial fica restrita a disciplinas específicas, sendo negligenciada nos planos de ensino da maioria dos componentes curriculares que são atravessados pela temática. Disciplinas que tratam sobre fundamentos do Serviço Social, ética, prática profissional, movimentos sociais, trabalho, direitos sociais e questão social, de forma geral, não trazem em suas ementas e referências bibliográficas a dimensão racial, ainda que o racismo estrutural seja importante na compreensão das temáticas formativas.

Necessário ressaltar os recortes da pesquisa, de forma a não generalizar a realidade das instituições em análise para uma realidade nacional. São dois estados, importantes na formação em Serviço Social, localizados na região sudeste – Minas Gerais e Rio de Janeiro. Apenas as instituições federais de ensino superior participaram da pesquisa, em um universo bem mais significativo de formação profissional.

Não desconsideramos os limites da presente análise. Os projetos pedagógicos não são estáticos, são uma dimensão importante que toca a formação profissional, que não se esgota em tais documentos. Esse é um dos caminhos para pensarmos a formação em Serviço Social e a questão étnico-racial, mas sem desconsiderar que é uma temática mais abrangente e complexa.

Por fim, três fases importantes na incorporação do debate étnico-racial na formação e prática de assistentes sociais ficam em evidência. A primeira delas trata-se da presença pontual de assistentes sociais, que pautavam a temática de forma bastante solitária, marginalizada, mas que se uniam em quilombos. Almeida (2020) ressalta autoras negras importantes dos anos 1980, em que destacamos: Elisabete Aparecida Pinto, Matilde Ribeiro e a própria Magali da Silva Almeida; e nos anos 1990, Roseli da Fonseca Rocha, Guilherme Silva de Almeida e Marlucia Mesquita.

O segundo movimento é de incorporação da temática no conjunto da categoria profissional, que ganha força a partir de 2010, em que podemos citar autoras, como: Márcia Eurico, Ana Paula Procópio, Jussara Francisca de Assis, Maria Helena Elpidio Abreu, e Joilson Santana (Almeida, 2020). Essa coletividade de mulheres e homens negras e negros, somados a tantos outros sujeitos no momento não referenciados, conhecidos e anônimos, e o conjunto de organizações estudantis, tenciona a categoria profissional a se posicionar diante do racismo estrutural.

Tal movimento desloca o conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, que se engaja na luta em diferentes frentes, como a criação de grupos de trabalho, peças publicitárias, produções teóricas, cadernos de orientações, chamadas em revistas, conforme já indicado no artigo. A incorporação da temática étnico-racial na formação em Serviço Social ganha força no bojo dessas mobilizações mais amplas.

Uma terceira fase a se construir é de que a análise do racismo como estrutural não esteja presente apenas em uma disciplina que trate sobre a temática, mas que perpasse a formação como um todo. Que autoras e autores negras/os sejam referenciadas/os; que a história da África não seja apagada dos estudos que tratam sobre o capitalismo; que a classe leve em consideração os recortes que subalternizam negras/os, povos originários, mulheres, ciganas/os, população de lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexuais, assexuais e pansexuais (LGBTQIAP+), pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados; que assistentes sociais estejam preparadas para atuar de forma antirracista e tenham em foco que o público atendido pelo Serviço Social é majoritariamente feminino, negro e que as desigualdades de raça, gênero e classe estão entranhadas em suas vidas.

### **Considerações finais**

Pedindo a todos que abram a cabeça e o coração para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar, para criar novas visões, celebro um ensino que permita as transgressões – um movimento contra as fronteiras e para além delas. É esse movimento que transforma a educação na prática da liberdade (hooks<sup>4</sup>, 2013, p.23-24).

O chamado de hooks (2013) expressa os caminhos que estão sendo trilhados na incorporação da questão racial na formação e prática de assistentes sociais. As etapas a serem galgadas exigem pensar além das fronteiras, exigem transgressões. Um deslocamento de rotas que já esteve restrito a grupos de negras e negros que são referências na temática, e que, em momento de constituição de maturidade, avança para os órgãos representativos da profissão e o conjunto da categoria profissional.

A compreensão do racismo como estrutural ao modo de produção capitalista indica que, ainda que de extrema relevância, a oferta de disciplinas pontuais que tratam a temática não é suficiente. Enquanto projetos pedagógicos de cursos em constante movimento, e formações que extrapolam os documentos, o Serviço Social vai se implicando no debate étnico-racial e na luta antirracista. A consolidação dessa maturação será profícua para um coletivo profissional engajado, que avança como antirracista, antimachista, antiLGBTfóbico, anticapacitista, pela liberdade emancipatória na diversidade humana.

### **Referências**

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Lei de Diretrizes Curriculares:** diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, nov. 1996. Disponível em:  
[https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_20160331138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_20160331138166377210.pdf). Acesso em: 18 jun. 2025.

ALMEIDA, Magali da S. **Serviço Social e feminismos:** debate interseccional e decolonial. In: SEMINÁRIO DA PESQUISA POR UMA HISTÓRIA DO GÊNERO E FEMINISMOS NO

<sup>4</sup> O nome da intelectual bell hooks é utilizado em letras minúsculas, conforme opção política da autora.

SERVIÇO SOCIAL, 2., Departamento de Serviço Social PUC-Rio, 06 out. 2020. Disponível em: II Seminário da Pesquisa “Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social”. Acesso em: 18 fev. 2025.

ALMEIDA, Silvio L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

CASTRO, Vera L. C. de.; BARBOSA, Loiraci L.; RAMIREZ, Vera L. A construção da proposta pedagógica em instituições de educação superior. **Diálogo**, Canoas, n. 15, p. 43–58, jul./dez. 2009.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa, Portugal: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Série assistente social no combate ao preconceito: Racismo**. Brasília, CFESS, 2016.

ELPIDIO, Maria H. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519–527, set./dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p519>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/6h7XvN5pc9v4H4MJF8DkHSb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2025.

EURICO, Márcia C. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. **Diálogos do cotidiano – Assistente Social. Reflexões sobre o trabalho profissional**. Caderno 2. CFESS: Brasília, 2022.

EURICO, Márcia C. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 515–529, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.157>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. 34. ed. Rio de Janeiro: Ucam, 2001.

GROSSI, Patrícia K.; SEBASTIANY, Mariana M. Gênero, “raça” e classe no Serviço Social: por sua articulação e ampliação na formação profissional. In: AMARO, Sarita; CRAVEIRO, Adriéli V. (org.). **Vade mécum: ensino e formação profissional em serviço social**. Curitiba, PR: Nova Práxis Editorial, 2018.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016b.

HALL, Stuart. O Ocidente e o resto: discurso e poder. **Projeto História**, São Paulo, n. 56, p. 314–361, maio-ago. 2016a.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. **Estatísticas sociais**, 11

nov. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>. Acesso em: 27 mar. 2025.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa, Portugal: Antígona Editores Refractários, 2014.

MOREIRA, Tales W. F. **Serviço social e luta antirracista**: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2020.

MOURA, Clóvis. **Raízes do Protesto Negro**. São Paulo: Editora XYZ, 1983.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142. Disponível em: [https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)

QUIJANO, Anibal. "Raza", Étnia" y "Nación" en Mariategui: cuestiones abiertas. **JCM y EUROPA**: la outra cara del descubrimiento. Amauta, Lima, Peru, 1992.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa, Portugal: Seara Nova, 1975.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Projeto Político Pedagógico. Faculdade de Serviço Social**. Juiz de Fora: UFJF, 2023.

UFOP – UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto**. Mariana: UFOP, 2022.

UFU – UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Ituiutaba: UFU, 2023.

UFV – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa: UFV, 2023.

UNIRIO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2022.

UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Novas atualizações curriculares para inserção do debate étnico-racial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022.

UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.

UFTM – UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social**. Uberaba: UFTM, 2014.

UFF-CAMPOS – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – CAMPOS. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Campos dos Goytacazes: UFF, 2019.

UFRRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social.** Seropédica: UFRRJ, 2018.

Submetido em: 3/3/2025

Revisado em: 25/5/2025

Aceito em: 25/5/2025